

Introdução

Num encontro sobre *Os Media na Minha Vida*, que reuniu jovens recém-universitários e cidadãos sêniores na casa dos 80, os mais novos foram surpreendidos com a linguagem do «traço-ponto-traço» com que uma participante recordava, exemplificando com gestos, como em criança comunicava com os amigos em código, escapando desse modo à vigilância familiar. Um secretismo semelhante ao que deparam nas mensagens SMS dos ecrãs dos telemóveis juvenis. Os tempos dos telegramas, da «telefonía» e das «cartas de amor» eram desconhecidos para os mais novos, cujas memórias mais remotas com os *media* são marcadas pelos ecrãs. Mas houve unanimidade em considerar que o meio de que teriam mais dificuldade em prescindir era... o telemóvel. Continuidades e coincidências reveladas pelo diálogo intergeracional.

As preocupações sobre os acessos e usos dos *media* por crianças e adolescentes não são novidade nem começaram com a televisão. Como tem dado conta a investigação histórica, desde a expansão dos meios de comunicação social nas sociedades modernas, no século XIX, que a conjugação entre crianças e *media* tem atraído a atenção pública e dado azo a especulações e a preocupações. Por isso, o conhecimento dessa relação ganha em centrar a agenda nos contextos sociais em que acontece.

Porque do contexto português se conhece muito pouco e porque importa olhar o país comparando-o com outras realidades, este livro parte de um levantamento da pesquisa internacional sobre a relação entre crianças e *media* que marca as sociedades industrializadas para considerar a nossa própria história dessa relação.

Como estávamos em Portugal quando na Europa do Norte se vivia a industrialização e apareciam as grandes metrópoles e os *media*

de massas? O que marcou a preocupação com a literatura popular junto dos mais novos? Como vivemos as preocupações seguintes com o cinema e com os *comics*? De que modos a baixa literacia (em 1970 ainda um terço da população residente era analfabeta) e o atraso na escolaridade obrigatória universal de quatro anos (só atingida na viragem para os anos 1960, mais de 120 anos depois de ter sido decretada) afectaram a relação com os livros e os jornais? E como é que se fizeram sentir os ambientes censórios do regime ditatorial de quase meio século nas produções para a infância e nos seus acessos a bens culturais? Que ligações ocorreram entre a democratização política e os contextos sociais da infância, a partir dos anos 1970? O que tem marcado a programação televisiva para crianças nas últimas décadas? E que impactos tiveram as recentes políticas de promoção do acesso dos mais novos aos meios digitais?

Estas são algumas das questões que atravessam este livro, num vaivém entre o lá fora e o cá dentro, porque os contextos nacionais importam.

Porque importa também a desmontagem de conceitos, começamos pelo título: *Crianças & Media*. E começamos pela definição de criança, em dicionários de várias línguas europeias, por serem as obras que essencializam e legitimam as definições correntes.

Dicionários noruegueses, único país europeu a inscrever o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, na sua própria Constituição nacional, definem *criança* como «indivíduo menor de 18 anos», apontando alguns dos direitos de provisão, de protecção e de participação referidos naquela Convenção. Essa definição de criança do prisma legal é, contudo, uma excepção. Um sumário inquirido a dicionários nacionais de várias línguas europeias, como a inglesa, a francesa, a italiana, a espanhola e outras, publicados depois de 1989, revela que a definição legal internacional da Convenção está ausente, sendo correntes valorações como ingenuidade, inocência, irresponsabilidade, imaturidade. Por exemplo, o dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, de 2001, ao registo biológico balizado entre o nascimento e a puberdade, acrescenta significados morais marcados pela incompletude: pouca *experiência de vida*; pouco *juízo*; pouco *sério*; pouco *responsável*.

Estas definições ressoam também na academia. Durante décadas, a Sociologia e a Psicologia do Desenvolvimento entenderam a infância como uma fase transitória da vida orientada para o estado adulto. A Sociologia apontava a carência de capacidades associadas

a valores e a convenções sociais, a Psicologia destacava inabilidades e a não racionalidade: em ambas, eram carências que a maturação biológica e a socialização por via da família, da escola, dos pares e dos meios de comunicação social iriam colmatar e resolver (Lee 2002, 38-39). A redução do plural das experiências e contextos de vida ao singular universal (*a criança*) correspondia a uma mesma consideração comum, de ordem política: a do investimento nas crianças e na infância como um investimento no futuro, nos homens e mulheres de amanhã.

Devido a essas leituras dominantes, as crianças enquanto objecto de estudo em si mesmas e a infância como conceito teórico tardaram a ter protagonismo nas Ciências Sociais.

Como tem sido sublinhado nas pesquisas de investigadores contemporâneos da infância, como Manuel Jacinto Sarmento, de Portugal, ou Sónia Kramer, do Brasil, uma História que encara as crianças como sujeitos capazes de criar cultura é relativamente recente. Walter Benjamin foi um dos primeiros pensadores sociais a salientar uma concepção «não infantilizada de infância» (Kramer, *in* Souza 2009, 66), tendo escrito nos anos 1920 vários ensaios sobre a sua memória de criança, em Berlim, e sobre livros para crianças, brinquedos e brincadeiras. Mas foi só após a obra do historiador francês Philippe Ariès, *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, de 1962, que decorreu a lenta emancipação do estudo da infância, no seio da História Social (Família, Educação) e da História das Mentalidades, como a *História da Vida Privada em Portugal*, que se começou a publicar apenas em 2010, em quatro volumes coordenados por José Mattoso.

As últimas décadas aceleraram o processo. Nos anos 1980, num tempo de ruptura com paradigmas clássicos das Ciências Sociais, emerge uma nova Sociologia da Infância, segundo a qual «a infância deve ser compreendida enquanto construção social, uma vez que se refere a um estatuto social, marcado por fronteiras incorporadas no seio da estrutura social e que se manifesta em certas formas típicas de conduta essencialmente relacionadas com um dado ambiente cultural» (Jenks 1996, 12). No início dos anos 1990, a exploração do conceito de infância enquanto categoria social específica, marcada estrutural e relacionalmente, vai ser alvo de uma investigação à escala europeia liderada pelo sociólogo dinamarquês Jans Qvortrup (1994), vindo a par de outros estudos da nova Sociologia da Infância (entre outros, James, Jenks e Prout 1998).

Qvortrup (1994, x) assinala como o quinquénio em que decorreu esse levantamento exaustivo (1988-1993) foi marcado na Europa por quatro grandes mudanças sociais com implicações nas condições de infância: as revoluções da Europa central e de leste, que afectaram toda a população e levaram a novas ondas migratórias europeias; o decréscimo da natalidade mas o crescimento do número de crianças em situação de pobreza, com a pobreza infantil a assumir contornos de problema estrutural em vários países, entre os quais Portugal; a maior consciencialização do abuso sexual de crianças, num debate iniciado nos países anglo-saxónicos na década de 1980; e a ratificação dos direitos das crianças e o seu reconhecimento enquanto sujeitos, com políticas para a infância a nível de instâncias como o Conselho da Europa.

Como vemos, a ultrapassagem da consideração da infância como uma fase de maturação biológica é recente e realizou-se quando variáveis sociais (idade, género, classe social, etnia, nacionalidade) começaram a ser consideradas marcantes de *cada criança*, e quando as culturas da infância na sua relação com o mundo começaram a ser encaradas nas suas particularidades e significados sociais. No Brasil, a antropóloga Maria Cristina Gouvea destaca, para os mais novos, a importância do *brincar*, do *imitar*, do *imaginar*, do *repetir*, da *beleza* e da dimensão estética (Gouvea 2009, 23-42); em Portugal, a relevância do *grupo de pares* tem sido destacada pela socióloga Maria Manuela Ferreira (2004), com base em pesquisas de campo junto de crianças em idade pré-escolar.

Para Ana Nunes de Almeida, que chega à Sociologia da Infância a partir da Sociologia da Família, importa distinguir a *infância* como «conceito e objecto teórico, referente a um contexto socio-histórico, a uma certa componente estrutural da sociedade», de *criança*, «indivíduo e referente empírico, cujas experiências são largamente determinadas por aquela grelha representacional» (Almeida 2009, 32). Como sublinhara em trabalho anterior, o novo paradigma sociológico da infância deve «interpelar a infância e as crianças enquanto problema teórico, reconhecendo a sua importância para o fabrico do tecido, material e simbólico, que fabrica as sociedades em que vivemos, para a estruturação das relações de desigualdade e poder entre os grupos que a constituem» (Almeida 2006, 104-105). Tal desafia o saber dominante, as fronteiras disciplinares e a validade e os limites de instrumentos conceptuais e metodológicos na abordagem da realidade.

Os *media*, o segundo elemento do título deste livro, têm estado relativamente ausentes entre os conceitos sociais para pensar a infância. Como referem os investigadores britânicos Sonia Livingstone e David Buckingham, a Sociologia da Infância continua a incidir sobretudo num mundo não mediatizado, negligenciando o que constitui um aspecto por demais importante da experiência social das crianças. Por outro lado, apesar de a relação *crianças e media* atrair a atenção pública e de os *media* serem marcadores significantes nos processos de construção das suas identidades, a atenção a essa relação tem também escasseado nos Estudos dos *Media*, os quais, na estabelecida *pesquisa dos efeitos*, menosprezam as variáveis socioeconómicas, etárias e culturais.

Seguindo o critério dos 18 anos como diferenciação legal da Convenção de 1989, incluímos também atenção às culturas de adolescentes. Marcadas pelos processos psicossociais activos de construção da identidade pessoal, nelas têm importância os grupos de pares e a procura de autonomia e de diferenciação relativamente aos mais velhos. Os *media* são um recurso nesses processos, tanto a nível de formatos e conteúdos da indústria cultural (com destaque para a música e a ficção internacional) como na produção de conteúdos e partilhas em redes sociais que as novas tecnologias tornaram possíveis. A ordem geracional tradicional, onde adultos ensinam os mais novos, é nomeadamente no campo dos *media* e das tecnologias concomitante com (e desafiada por) outras formas de socialização e de relações geracionais, como a retrossocialização e a aprendizagem e conformação entre pares, como tem sido evidenciado na investigação da socióloga francesa Dominique Pasquier.

Por tudo isso, o estudo da relação *crianças e media* se constitui como uma área desafiante da pesquisa em Ciências Sociais, num cruzamento interdisciplinar.

Durante anos, os Estudos dos *Media* foram marcados, nas Ciências Sociais, pela Economia Política e pela atenção às estruturas económicas e regulações, e nas Humanidades, pela atenção às articulações textuais (pela Semiótica, Narratologia e Pragmática) e às trajectórias históricas. Nestes contextos, crianças e adolescentes enquanto utentes dos *media* foram relegados para as margens da investigação que não correspondesse a uma procura de efeitos dos conteúdos mediáticos.

Mais recentemente, o foco sobre crianças e *media* tem assentado na determinação de identidades de infância a partir dos desenvolvi-

mentos tecnológicos. Assim, sucessivas gerações têm sido catalogadas de acordo com esse desenvolvimento: as crianças dos anos 1960, como a geração da televisão; as dos anos 1980, como a geração do vídeo e do *Nintendo*; as dos anos 1990, como a geração da internet; e as da primeira década do novo século, como a das redes sociais virtuais. Este simplismo na oposição entre a televisão e a internet – apresentado pelo norte-americano Don Tapscott (1998), especialista em *marketing* e comentado criticamente por Buckingham (1998) – tornou-se popular tal como as teorias dos efeitos centradas em torno da «violência televisiva», balizando respectivamente olhares otimistas e pessimistas sobre a relação entre crianças e *media*.

Nos últimos anos, a atenção para com as dinâmicas das indústrias mediáticas para a infância tem destacado as pressões decorrentes da diversidade dos canais, as influências das inovações e do *marketing* ou ainda as mudanças nos panoramas audiovisuais. Mas esse olhar macro tende a ignorar questões como a democratização dos acessos, a diferenciação dos capitais culturais nas formas de uso, as implicações da diversificação de ambientes para uma cultura comum, os contributos para as oportunidades de educação e de carreira profissional (Livingstone 2002, 14-15).

Na baixa atenção dos académicos dos *media* ao conhecimento social da infância pode estar também a perspectiva da nova Sociologia da Infância, que enfatiza o seu tempo *presente* e que privilegia o foco no *normal* e no *quotidiano*. Isso contraria a atenção ao atípico, ao singular e ao problemático, critérios dominantes dos valores-notícia clássicos do jornalismo, e também não recobre os temas negativos que ajudam ao financiamento de investigação académica na área dos Estudos dos *Media*.

Pensamos, contudo, que há hoje condições para se ultrapassar esse divórcio entre os Estudos dos *Media* e as suas simplificações quanto à infância, por um lado, e os Estudos da Infância e o seu alheamento da experiência dos *media*, por outro. Com base nas propostas da Sociologia da Infância apresentadas por Ana Nunes de Almeida (2009), afigura-se-nos possível e necessária uma maior incorporação da experiência mediática na pesquisa sobre as práticas das crianças e sobre as culturas de infância. Esta incorporação decorre da atenção às redes de interdependências estruturadas e a cada criança enquanto *actor plural*, produto de uma socialização em contextos sociais múltiplos onde incorpora hábitos e esquemas de acção, como refere o sociólogo francês Bernard Lahire (2006).

O contexto dos *media* merece ser considerado, tal como os contextos da família, da escola e dos grupos de pares, como parte inalienável dessa socialização.

Por sua vez, os Estudos dos *Media* sobre este campo têm vindo a ultrapassar as considerações normativas assentes em perspectivas românticas e romantizadas sobre crianças e infância, e a procura de aferição de «efeitos» – em particular, de cariz negativo – dos *media* sobre crianças que os marcaram durante décadas, numa tradição da Psicologia *behaviourista*, até cerca dos anos 1980. A partir dessa década de profundas inovações tecnológicas – com o videogravador, o telecomando, os canais por cabo e os primeiros computadores pessoais a vulgarizarem-se – os estudos sobre os usos dos *media* em ambientes domésticos e a perspectiva da audiência activa e interpretativa incluíram também a experiência televisiva das crianças e, mais tarde, os seus acessos e usos dos computadores e da internet, em casa e na escola.

Para evitar quer o determinismo tecnológico quer o determinismo cultural, Sonia Livingstone defende um foco duplo, *crianças e media*, sem que um ofusque o outro: «quando o foco está nos *media*, a história depressa passa para o ‘depende do contexto’; quando o foco está na vida familiar ou no lar, passa depressa para ‘vejam como os *media* são importantes’» (Livingstone 2002, 10). Para essa dupla focagem, será necessária uma perspectiva interdisciplinar, num leque onde se podem cruzar os Estudos da Linguagem (incluindo a visual e a audiovisual), os Estudos Literários, a Economia, a História (Moderna, Contemporânea e dos *Media*), a Geografia, o Direito, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia ou a Filosofia.

A essa perspectiva interdisciplinar juntamos quatro outros movimentos de suporte ao estudo cultural da relação entre crianças e *media*, apresentados por Dafna Lemish na VII Cimeira Mundial sobre os *Media* para a Infância, em 2010: passar da dimensão nacional para a inclusão de estudos internacionais e transnacionais; substituir o foco na descrição pelo foco na mudança social; ir da pesquisa *sobre* crianças para a pesquisa *com e para* as crianças; deslocar esta pesquisa das margens para posições centrais.

Procurando dar corpo a esta proposta, este livro organiza-se em torno de dois grandes tempos:

O primeiro é o tempo da afirmação do modelo económico capitalista e da racionalização na divisão do trabalho, da industrialização e da urbanização, que se afirma no século XIX e prolonga a sua

influência na primeira metade do século xx (capítulo 1). Nos meios de comunicação social é marcado pelo registo impresso, pela hierarquia valorativa da palavra escrita do livro, cujas edições de bolso se generalizam, ou do jornal diário sobre outros meios de comunicação, como a rádio, o cinema ou a banda desenhada. Os capítulos 2 e 3 dão conta de como o impresso e os meios audiovisuais que antecederam a televisão ajudaram também a configurar as crianças e a infância. Focalizado na sociedade portuguesa, o capítulo 4 assinala como foi tardia a emergência da modernidade em Portugal, e os capítulos 5 e 6 dão conta das particularidades nacionais da relação crianças e *media*.

A segunda parte do livro organiza-se a partir dos anos 1950, um tempo marcado pela intensificação dos vectores de mudança social: o crescimento demográfico numa primeira fase, o declínio do isolacionismo entre os países, a emergência de instituições de regulação transnacional, o agudizar da Guerra Fria e o seu final, o fim do colonialismo e a emergência de novas formas de domínio político e económico, a afirmação do consumismo como estilo de vida. No campo da infância percorre a politização que vai da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) à Convenção sobre os Direitos da Criança, apresenta impactos da nova ordem económica sobre a condição mundial da infância e as mudanças ocorridas em Portugal desde 1974, no capítulo 7; a atenção às representações de crianças na sociedade de consumo, ao lugar dos consumos nas culturas de infância e a crescentes inquietações com as identidades da infância é explorada no capítulo 8. O capítulo seguinte incide sobre o jornalismo: as notícias que contribuem para a construção social da infância, pelo que ignoram ou reportam, na distinção entre as *nossas crianças* e *as outras*; a literacia para as notícias para que a vontade de informar um auditório se realize; as notícias traumáticas e as notícias correntes que as crianças seguem e com as quais vão também criando sentidos do mundo (capítulo 9). A relação entre crianças e televisão organiza o capítulo 10, num percurso sintetizado de meio século que vai dos primeiros tempos da televisão hertziana aos tempos da globalização e da fragmentação de audiências, dando conta das pesquisas sobre o tema e onde se inclui uma panorâmica sobre as tendências da programação para crianças em Portugal. Os desafios colocados pela nova paisagem audiovisual, com a generalização da internet, e as respostas europeias e internacionais são trazidos para o capítulo 11, articulando-se com as linhas de pesquisa internacional que se têm vindo a consolidar nas duas últimas décadas, e com resultados da pesquisa nacional.

Seguimos neste livro a orientação de Kristen Drotner e Sonia Livingstone na introdução à obra *The International Handbook of Children, Media and Culture*: «a análise histórica é um antídoto necessário para apreciações simplistas sobre as relações entre crianças e *media*, em contraponto às ruidosas considerações sobre as suas implicações danosas ou benéficas» (Drotner e Livingstone 2008, 16). O nosso fio condutor é a recomposição de factores que marcam o contexto social e as interações simbólicas entre infância e *media*. Interessa-nos ver os modos dessas interações em diferentes tempos, destacando a mudança social mas também acentuando as linhas de continuidade que, discretamente, permanecem inscritas.

Este livro tem na base as provas de agregação em Estudos dos *Media* e do Jornalismo que apresentei na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2011. À revisão de literatura académica juntam-se excertos de obras literárias, conteúdos de jornais para a infância e de revistas de grande circulação, estatísticas, orientações legislativas e outros registos documentais; juntam-se também testemunhos orais sobre memórias de infância(s) com os *media*, recolhidos no âmbito do projecto «Inclusão e Participação Digital» (2009-2011), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (http://digital_inclusion.up.pt) e no projecto «*Media* e Gerações», em curso, com um foco nas gerações do pós-guerra e dos anos 1960 (Aroldi e Ponte, 2012). São testemunhos que acrescentam sentido ao *espírito do tempo* de cada época e que convidam a trazer o passado para o presente de cada momento de leitura.

Agradeço a todos os investigadores, seniores e juniores (estudantes de mestrado e de doutoramento), que se têm cruzado comigo nesses projectos e noutras pesquisas sobre a relação entre crianças e *media*, o seu entusiasmo e empenho para, em conjunto, darmos visibilidade científica aos estudos sobre essa relação. Agradeço o apoio financeiro à publicação desta obra por parte do Gabinete para os Meios de Comunicação Social e o acolhimento editorial que recebi da Imprensa de Ciências Sociais, desde a leitura crítica do manuscrito submetido para apreciação, a todo o cuidado posto na sua produção.